



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V JOSÉ LINS DO REGO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCBSA  
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA - BACHARELADO**

**MARIA EMILIA GURGEL BEZERRA SILVA**

**REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACESSO À  
INFORMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**JOÃO PESSOA  
2023**

MARIA EMILIA GURGEL BEZERRA SILVA

**REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACESSO À  
INFORMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Arquivologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Jobson Francisco da Silva Júnior.

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Maria Emilia Gurgel Bezerra.  
Revisão sistemática da literatura arquivística sobre o acesso à informação das pessoas com deficiência visual [manuscrito] / Maria Emilia Gurgel Bezerra Silva. - 2023.  
23 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.  
"Orientação : Prof. Dr. Jobson Francisco da Silva Júnior, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "  
  
1. Produção científica em Arquivologia. 2. Acessibilidade em arquivos. 3. Pessoa com deficiência. 4. Deficiência visual. I.  
Título  
  
21. ed. CDD 027.8

MARIA EMILIA GURGEL BEZERRA SILVA

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACESSO À  
INFORMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a Coordenação do Curso de  
Bacharelado em Arquivologia da Universi-  
dade Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharela  
em Arquivologia.

Aprovada em: 17/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
JOBSON FRANCISCO DA SILVA JUNIOR  
Data: 21/11/2023 17:24:21-0107  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Dr. Jobson Francisco da Silva Júnior (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

---

Ma. Milena Borges Simão de Araújo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Documento assinado digitalmente  
ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA  
Data: 22/11/2023 15:53:05-0906  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Dra. Ismaelly Batista dos Santos Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pelo amor, dedicação e encorajamento, DEDICO.

“Antes de sermos cegos, somos cidadãos e fazemos parte de toda essa estrutura da sociedade enquanto deficientes visuais, claro que precisamos ter acesso a algumas coisas de forma diferenciada, mas exercemos nosso papel como qualquer outra pessoa comum.” Alceu Kuhn, representante da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) e membro da Comissão Brasileira do Braille (CBB)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Metodologias para síntese das Evidências Científicas, segundo abordagem qualitativa ou quantitativa .....	16
<b>Figura 2</b> - Descrição geral sobre o processo de revisão sistemática da literatura..	17
<b>Quadro 1</b> - Pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES.....	18
<b>Quadro 2</b> - Pesquisa no Repositório Institucional da UEPB .....	18
<b>Quadro 3</b> - Pesquisa na Base de Dados da BRAPCI .....	19

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CID	Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
LAI	Lei de Acesso à Informação
PCD	Pessoa com Deficiência
PNS	Plano Nacional de Saúde
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SIB	Sistema Integrado de Biblioteca
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE.....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>BASE LEGAL SOBRE ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS E DOS ARQUIVISTAS NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE .....</b>	<b>13</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA .....</b>	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>

## REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

### SYSTEMATIC REVIEW OF ARCHIVES LITERATURE ON ACCESS TO INFORMATION FOR PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES

Maria Emilia Gurgel Bezerra Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo realizou uma pesquisa na produção científica em Arquivologia sobre o acesso à informação da pessoa com deficiência visual nos arquivos. Entendendo a necessidade de promover acessibilidade nos arquivos para além das quebras de barreiras estruturais e arquitetônicas, mas também de possibilitar o acesso indiscriminado às informações contidas nos documentos. Para o referencial teórico foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica, possibilitando conceituar deficiente visual, identificar as legislações vigentes, a estruturação de um arquivo acessível e o discurso técnico científico da arquivologia sobre pessoas com deficiência no recorte da deficiência visual. Na metodologia foi utilizada como técnica a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), sendo selecionadas as bases de dados do Portal de Periódicos CAPES, o Repositório Institucional da UEPB e a Base de Dados Referências de Artigos de Periódicos em Ciências da Informação (BRAPCI). Durante as buscas nas bases de dados foi possível identificar que apenas 1(um) texto discorre sobre questões referentes ao acesso das pessoas com deficiência visual aos ambientes de arquivo. Para melhorar esse cenário, e se fazer cumprir as leis vigentes, ressaltamos a importância e a urgência de discussões sobre o tema e o papel do profissional de arquivo e dos formadores desses profissionais nesse processo.

**Palavras-Chave:** Produção científica em Arquivologia; Acessibilidade em arquivos; Pessoa com deficiência; Deficiência visual.

#### ABSTRACT

This article carried out research into scientific production in Archivology on access to information for people with visual impairments in archives. Understanding the need to promote accessibility in files beyond breaking structural and architectural barriers, but also to enable indiscriminate access to the information contained in documents. For the theoretical framework, documentary and bibliographical research was carried out, making it possible to conceptualize visually impaired people, identify current legislation, the structuring of an accessible archive and the scientific technical discourse of archival science about people with disabilities in terms of visual impairment. In the methodology, the Systematic Literature Review (RSL) was used as a technique, selecting the databases of the CAPES Periodical Portal, the UEPB Institutional Repository and the Reference Database of Periodical Articles in Information Sciences (BRAPCI). During searches in the databases, it was possible to identify that only 1 (one) text discusses issues relating to access for people with visual impairments to

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Arquivologia. E-mail: [mariaemiliagurgel@gmail.com](mailto:mariaemiliagurgel@gmail.com)

archive environments. To improve this scenario, and enforce current laws, we highlight the importance and urgency of discussions on the topic and the role of archival professionals and the trainers of these professionals in this process.

**Keywords:** Scientific production in Archivology; Accessibility in files; Person with a disability; Visual impairment.

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um pilar essencial para inclusão dos cidadãos na sociedade moderna. No entanto para garantir uma inclusão efetiva, é fundamental que todos os membros da sociedade tenham acesso à informação seguindo princípios de equidade. Por isso, pesando nos obstáculos que as pessoas com deficiência visual enfrentam ao tentar obter as informações contidas nos documentos, o presente artigo realizou uma pesquisa na produção científica em Arquivologia sobre o acesso à informação da pessoa com deficiência visual nos arquivos.

As motivações que conduziram a escolha do tema estudado, dividem-se em três partes, as quais delimitamos como justificativa pessoal, acadêmica e social. Enquanto motivação pessoal apontamos o questionamento levantado depois da participação no projeto de extensão “Rede de produção e adaptação de materiais informacionais na biblioteca do Campus V por meio do Sistema Integrado de Biblioteca – SIB Acessível”, na UEPB. Nessa experiência percebemos o quanto os profissionais de arquivo têm um papel muito importante na inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Fato esse que nos levou a questionar se esses profissionais estão preparados para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual, no acesso à informação, razão pela qual decidimos fazer uma revisão sistemática da literatura sobre o tema.

O segundo elemento da nossa justificativa, e a contribuição acadêmica, onde admitimos que a Arquivologia enquanto campo científico está em expansão. Nos últimos anos houve um aumento na oferta de vagas para o profissional de arquivo no mercado de trabalho tanto em concursos para cargos públicos quanto em empresas privadas. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à informação (LAI), é apenas um dos exemplos que podemos citar, essa lei exigia que mudanças fossem feitas, demandando mais transparência e agilidade no acesso às informações, estabelecendo assim, prazos e garantindo o acesso ágil na obtenção da informação desejada. Para que isso ocorra é importante que os profissionais arquivistas estejam preparados para lidar com as novas exigências das atividades relacionadas a área, como também, serem capazes de atender a vários tipos de usuários. No cenário acadêmico pouco se tem discutido sobre a temática de acessibilidade no ambiente de arquivo, resultado disso são as poucas publicações existentes na área que discute o assunto.

Enquanto nossa justificativa social olhamos para o campo de atuação da prática arquivística que vem ganhando destaque nos últimos anos, pois os avanços tecnológicos, a globalização da comunicação, a necessidade de atualização profissional e a crescente conscientização sobre diversos temas tem feito com que um maior número de pessoas busque por mais informações, pois essas informações se fazem necessárias para o exercício de uma cidadania plena. Quando falamos em acessibili-

dade no ambiente de arquivo, é necessário que tanto as barreiras estruturais e arquitetônicas sejam eliminadas, como também as informacionais. Pois muitas vezes a pessoa com deficiência quando busca alguma informação nos arquivos não consegue ter acesso à informação desejada, visto que, a maioria dos arquivos públicos não são acessíveis, dificultando o processo de inclusão dos usuários à informação. Para que essa realidade seja modificada é importante que o poder público, a sociedade civil e as instituições de ensino superior revejam suas atitudes e atividades em relação à inclusão social dessas pessoas.

Neste contexto de mudança o papel do arquivista vem ganhando destaque nos últimos anos, pois a explosão informacional<sup>2</sup> impulsionada pelas tecnologias informacionais vem fazendo com que um maior número de pessoas busquem por mais informações, exigindo assim que essas sejam disponibilizadas obedecendo a uma série de critérios, tais como: a facilidade de acesso, que este seja feito de forma ágil; e ainda critérios de transparência, nos quais são estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e garantido a qualquer cidadão de acordo com a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988).

Para que esse direito seja assegurado a todos os usuários de Arquivo é necessário que tantos os arquivos quanto os profissionais que trabalham neles estejam preparados para atender a qualquer usuário, independentemente de suas limitações e dificuldades, convicções religiosas, pertencimento étnico-racial e identidade de gênero dentre outras características que os usuários da informação possam apresentar, pois só desta forma será garantido a acessibilidade nos arquivos.

Diante da necessidade e importância de tornar o Arquivo mais acessíveis aos usuários, em especial às pessoas com deficiência visual, somado a pouca literatura que aborda o tema na área de Arquivologia, delimitamos a escolha da temática a ser abordada neste artigo.

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), permitiu a democratização da internet, fato este, que vêm impulsionado cada vez mais o aumento no número de pessoas que buscam por mais informações, é aí neste contexto que o papel do arquivista assume destaque como facilitador no processo de acesso e recuperação da informação. Com um número cada vez maior de usuários em busca de informações temos também que nos atentar que um número significativo desses usuários tem algum tipo de limitação ou deficiência. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, 17 milhões de brasileiros têm alguma deficiência. Ou seja, um número significativo da população brasileira tem alguma deficiência ou limitação, o que nos faz pensar em como incluir essas pessoas nos ambientes informacionais. Para que isso aconteça é importante que tanto os Arquivos quanto os profissionais de arquivos estejam preparados para atender as necessidades desses usuários que necessitam de uma atenção especializada, facilitando assim a sua inclusão na sociedade. Pois a inclusão social é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, e para que isso ocorra é importante que sejam proporcionadas condições de igualdade e equidade a todas as pessoas.

Para que qualquer cidadão seja inserido na sociedade é necessário que ele tenha acesso pleno à informação, independentemente de suas limitações ou deficiência. Tendo essa diretriz como norte elencamos uma série de questionamentos, para a elaboração da presente pesquisa: Em que consiste a acessibilidade do Arquivo à pessoa com deficiência Visual? Qual o papel do profissional de arquivo na promoção da

---

<sup>2</sup> Chamamos aqui de explosão informacional a segunda metade do século XX, período pós Segunda Guerra Mundial, caracterizado por muitos avanços científicos e por consequência o crescimento de uma massa documental relacionada a esses avanços.

acessibilidade nos arquivos? O que a Arquivologia tem estudado/produzido sobre esses temas?

Uma vez apresentadas as questões da pesquisa, elas se transformam nos objetivos, geral e específicos. Desta forma, delimitamos enquanto nosso objetivo geral: **investigar a acessibilidade dos arquivos às pessoas com deficiência visual por meio da produção científica na área de Arquivologia.**

Que por sua vez se operacionalizam em nossos objetivos específicos, a saber:

- Conceituar pessoas com deficiência visual;
- Descrever leis e regulamentos discorre sobre a acessibilidade;
- Enunciar o papel do arquivista na inclusão de deficientes visuais nos arquivos;
- Ampliar a discussão sobre acessibilidade da pessoa com deficiência na Arquivologia.

O presente artigo está estruturado em seções. Iniciando pela **introdução**, onde foi feito a apresentação da pesquisa, sua justificativa, a contextualização do objeto de estudo, a problematização e os objetivos: geral e específicos. Em segunda vem a **fundamentação teórica**, que por meio de discussões e interpretações de textos publicados foi elaborado um discurso aprofundado sobre o fenômeno estudado. Na **metodologia** estão descritos os procedimentos e técnicas utilizados na coleta de dados e análise dos mesmos. Na seção **apresentação e análise dos dados da pesquisa** apresentamos todas as informações que conseguimos extrair dos textos analisados e o que a literatura arquivística aborda sobre a temática. E por fim vem as **considerações finais**, nesta seção nos posicionamos sobre o tema abordado e ressaltamos nossos objetivos e analisamos se os mesmos foram atingidos.

## 2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

A discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade tem sido um tema recorrente na legislação brasileira, sobretudo o debate sobre a necessidade de serem dadas condições para que essas pessoas possam participar plenamente da sociedade, quer tendo acesso a serviços, espaços e informações de forma igualitária, sem que encontre barreiras, proporcionando assim, um ambiente inclusivo e acessível a todos.

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se pessoa com deficiência (PCD), aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. De acordo com a PNS 2019, o Brasil tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência na faixa etária de 2 anos ou mais, ou seja, 8,4 % da população, sendo 6, 978 milhões delas, deficientes visuais.

É considerada pessoa com deficiência visual, aquela que apresenta baixa visão ou cegueira. A baixa visão ou visão subnormal é quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual CID 10) e considera-se cegueira

quando esses valores se encontram abaixo de 0,05 ou campo de visão menor do que 10º (categorias 3,4 e do CID 10) Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 (Ministério da Saúde, 2008).

Para garantir que a pessoa com deficiência visual tenha participação plena na sociedade, é necessário que ela tenha acesso às informações, por isso é importante que profissionais de arquivos cumpram a sua função social, que vai além da organização física dos documentos, como também, implementar práticas que permitem o acesso às informações a qualquer usuário independente de suas limitações visuais. Para que isso aconteça é necessário que não só barreiras arquitetônicas e de acesso físico sejam quebradas, é necessário que sejam também eliminadas as barreiras informacionais que impedem o acesso desses usuários aos documentos de arquivo e as informações contidas neles. Neste sentido, Costa, Paiva e Sousa (2022), diz que no tocante ao usuário cego, pode-se afirmar que seus processos de interação com a informação necessitarão da aplicação de aspectos de acessibilidade, de modo a se garantir o acesso informacional a estes sujeitos.

### **3 BASE LEGAL SOBRE ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO**

A acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência é uma temática que vem ganhando espaço nas discussões em diferentes grupos da sociedade. O embasamento desses questionamentos pode ser encontrado em várias leis que dão garantias para que esse acesso e inclusão ocorra. Quando se proporciona a acessibilidade às pessoas com deficiência nos ambientes de arquivo, está permitindo que elas sejam incluídas em uma sociedade, pois acessibilidade não é só o acesso a ambientes com estruturas arquitetônicas adaptadas, mas também, permitir que todas as pessoas independentes de suas limitações, possam receber as informações que procuram.

A primeira lei que garantiu ao cidadão o direito ao acesso à informação foi a Constituição Federal de 1988, onde em seu Art. 5º e inciso XIV diz: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988). Depois da Constituição outras leis surgiram para garantir o acesso à informação e a acessibilidade das pessoas com deficiência a essas informações.

Outra lei que garante às pessoas, inclusive as com deficiência ou limitações o acesso à informação é a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que no Art. 5º, deixa claro que, “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. E, no Art. 8º, inciso

VIII- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdos para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art.9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. (BRASIL, 2011).

Assim de acordo com LAI é papel do Poder Público eliminar qualquer barreira que impeça ao cidadão ter acesso à informação, tanto de interesse coletivo quanto de interesse pessoal. Para que isso aconteça é necessário que todas as barreiras físicas, tecnologias, intelectuais e sociais sejam eliminadas, possibilitando assim, que a informação se torne acessível a qualquer cidadão, independente de suas limitações. Na prática muitas vezes o acesso à informação é impedido por causa da falta de mecanismos e alternativas que auxiliem a que se tornem acessíveis.

Em 2015 foi instituída a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesta lei, fica evidente que acessibilidade vai além de melhorias arquitetônicas, de modo a que seja permitido que todas as pessoas independentes de sua deficiência ou limitação, tenham o direito de viver de forma independente e exercer sua cidadania e plena participação na sociedade.

#### **4 O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS E DOS ARQUIVISTAS NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE**

Com o aumento na produção e busca por informação, tornou-se necessário repensar na organização, tratamento e disseminação dos documentos de arquivo. De acordo com o paradigma pós-custodial da Arquivologia, o arquivo deve conter uma estrutura não só para guarda desses documentos, mas também possibilitar que os usuários tenham acesso às informações contidas nos documentos. Pois todas as informações contidas nos documentos são importantes, e devem estar acessíveis a todos os cidadãos, independente de suas limitações. De acordo com Souza (2019, p. 23) arquivo acessível pode ser compreendido como:

[...] o conjunto informacional de documentos produzidos por entidades: pessoa física ou jurídica no exercício de suas funções administrativas, da qual em um ambiente físico ou digital, conforme a forma física ou digital da informação, cuja informação está registrada em formato de documento podendo ser acessível aos usuários e os profissionais que gerenciam, independente de suas limitações físicas, motoras ou sensoriais.

Desta forma, é importante pensar em instrumentos que possibilitem a construção e organização de um arquivo acessível onde todos os cidadãos, tenham acesso à informação de maneira autônoma e eficiente, pois o acesso à informação é componente vital em uma sociedade inclusiva tornando elemento imprescindível para o pleno exercício da cidadania. Como afirma Costa, Paiva e Sousa (2022, p. 809), “a informação se configura não apenas enquanto elemento social, mas também como algo que se faz extremamente necessário para que os sujeitos sejam incluídos e desfrutem de vida em sociedade.”

Para isso, é imprescindível que o ambiente informacional físico ou digital esteja adequado para receber os usuários com qualquer deficiência, seja ela, física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial entre outras. Essa adequação não é feita só quebrando barreiras físicas, mas também, proporcionando o uso de ferramentas que facilitam o acesso às informações contidas nos documentos. Outro fator de suma importância para a construção de arquivos acessíveis é que o profissional de arquivo seja capacitado para auxiliar aos usuários com deficiência visual no processo de acesso e recuperação da informação, como também promover políticas públicas de inclusão que vão auxiliar em relação ao acesso à informação de acordo com suas necessidades.

Levando em consideração o quanto a centralidade da informação e do conhecimento podem influenciar a tomada de decisões, a inovação e o progresso social na sociedade hodierna, a Arquivologia tem ganhando destaque através das suas atribuições no que diz respeito à preservação, custódia, disseminação, acesso e uso da informação nos mais diversos tipos de suporte. Desta forma, o arquivo deixou de ser

apenas uma unidade de informação e passou a ser uma entidade integral, fazendo com que a informação e o conhecimento sejam difundidos constantemente (Araújo *et al.*, 2015). Com isso, o papel do arquivista vem ganhando reconhecimento e conquistando maior espaço no mercado de trabalho, essa discussão traz à luz também a dimensão social do profissional arquivista no tocante a disseminação, acesso e uso da informação. De acordo com Silva *et al.* (2021, p. 292), “nos tempos hodiernos tal profissional, além de exercer suas atividades práticas de gestão de acervo arquivístico, agrega também a função de mediador visando à informação para com os usuários e a sociedade”. Isso ressalta que para o exercício efetivo da profissão não podemos esquecer que a razão de ser dos arquivos, e por consequência dos arquivistas, são os usuários e como satisfazer as suas necessidades de informação.

Com o surgimento de novos desafios diante da produção, utilização, armazenamento e recuperação dos documentos de arquivo, é possível perceber mudanças no perfil do profissional dos arquivistas, com o objetivo de atender ao novo cenário.

Com a adoção das novas tecnologias, internet, e de novos modelos de gestão no cenário arquivístico, os arquivistas, que no passado lidavam com a gestão de documentos, agora estão voltados para a gestão da informação em variados suportes, tendo em vista se adequar e aprimorar seus conhecimentos a fim de suprir as necessidades que o mercado de trabalho requer. (Araújo *et al.*, 2015, p.57).

Diante disto, vale ressaltar que ainda existem profissionais que relacionam a Arquivologia exclusivamente com a gestão de documentos. Porém é de suma importância que tenhamos consciência que o papel dos profissionais de arquivo vai além da gestão dos documentos. Outro papel importante assumido pelos profissionais de arquivos é possibilitar a inclusão e acessibilidade nos arquivos, pois o dever principal do arquivista não é só gerir as informações mais torná-las acessíveis a quem necessita independentemente de suas limitações (Barbosa; Dos Santos Franklin, 2016, p. 560). O acesso à informação é um direito constitucional adquirido por todos os cidadãos, independente das diferenças econômicas, físicas e mentais. Sendo assim, é importante que o arquivista esteja preparado para fornecer as condições necessárias para o acesso e recuperação das informações solicitadas por qualquer usuário.

Para esse processo de recuperação da informação, ainda é válido salientar que a mesma não é feita apenas nos documentos impressos, mas compreende também os documentos eletrônicos. Desta forma, Barbosa e Dos Santos Franklin (2016, p. 563) nos dizem que:

[...] temos o arquivista com o papel de mediador entre os software, as tecnologias e o entendimento real da necessidade dos usuários da informação, para garantir uma boa comunicação que contribui para encontrar a informação desejada e alcançar a satisfação informacional do usuário.

Mesmo com os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para nós fica evidente que as mesmas devem ser utilizadas como meios, que apenas conseguem apresentar eficácia quando mediadas pelo elemento humano. Na área em foco, é o profissional arquivista, que constrói uma ponte entre os usuários e os documentos, de maneira direta quando se fala dos documentos analógicos, ou entre os usuários e os desenvolvedores de softwares e os dispositivos de Tecnologias da Informação (TI) quando se refere aos documentos eletrônicos. Por sua vez, Silva *et al.* (2021, p. 296) afirmam que:



[...] caberá a este profissional qualificar-se nas formas, maneiras e conteúdo que perpassam estudos de usuários, mediação da informação, tecnologias digitais, aspectos legais, e responsabilidade sociais e éticas, para estabelecer diálogo e consequentemente inclusão do usuário.

Desta maneira o profissional arquivista estará capacitado para atender às novas demandas da sociedade, a partir das transformações impulsionadas pelas TIC, permitindo que aconteça a inclusão e acessibilidade das informações disponibilizadas a todos os usuários que necessitam de atendimento adequado, independente de suas limitações.

## **5 METODOLOGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

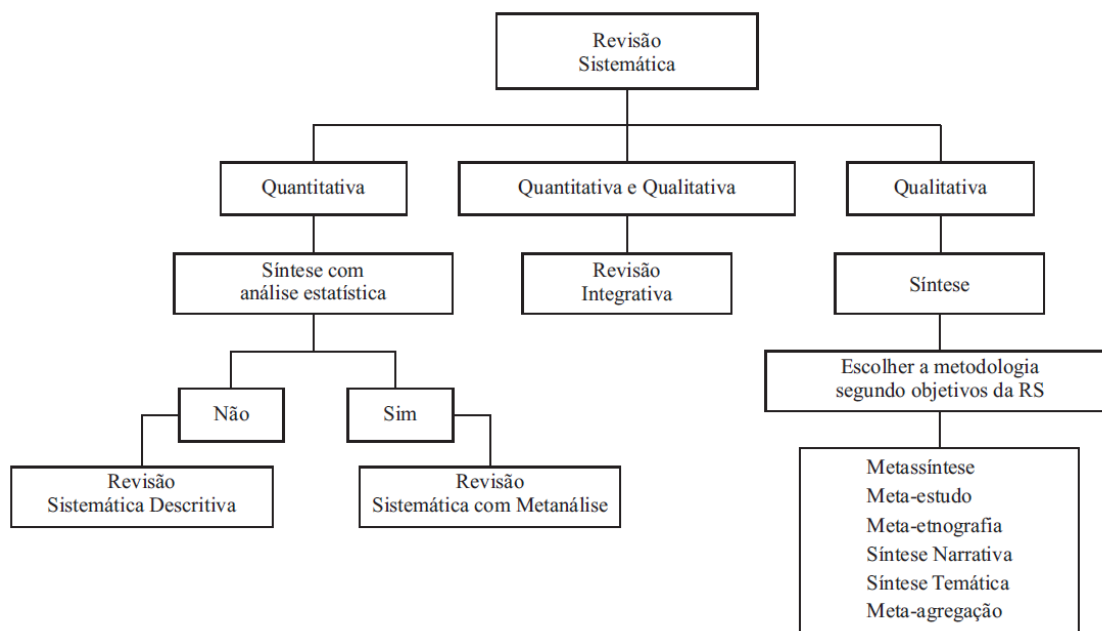
Nesta seção é apresentado o caminho metodológico desta pesquisa, entendemos que o método é um dos pilares centrais do fazer científico. Desta forma, iniciamos caracterizando nossa pesquisa enquanto exploratória, bastante utilizada nas ciências sociais e tem por objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas ou hipóteses mais precisas, sendo indicada quando temos um tema pouco explorado (Minayo, 2007), esta visão se mostra bastante adequada ao nosso objeto de pesquisa, levando em consideração que uma das motivações deste trabalho foi a escassez de debates sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência visual nos arquivos.

Esta pesquisa também se apresenta como descritiva, que tem por finalidade descrever determinada população ou fenômeno ou a relação entre eles, utilizando-se de técnicas onde o pesquisador não interfira nos dados que são coletados, analisados, classificados e registrados. Também bastante usada nas ciências sociais e humanas, a pesquisa documental é uma técnica onde a coleta e seleção de dados são realizados através da leitura de documentos que não receberam nenhum tratamento científico. Outro tipo de pesquisa utilizada nas ciências sociais é a pesquisa qualitativa, neste tipo de pesquisa se ocupa com o nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2007).

A partir dessa compreensão tecida sobre a natureza dessa investigação apresentamos a técnica de pesquisa adotada, a Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Essa técnica trata-se de um método de pesquisa onde utiliza-se como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, com a finalidade de mapear e identificar os estudos em questão, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio; Mancini, 2007, p. 84).

De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Maria Rita Bertolozzi (2010) nos apresentam um esquema para a compreensão e caracterização RSL (Figura 1).

**Figura 1** - Metodologias para síntese das Evidências Científicas, segundo abordagem qualitativa ou quantitativa

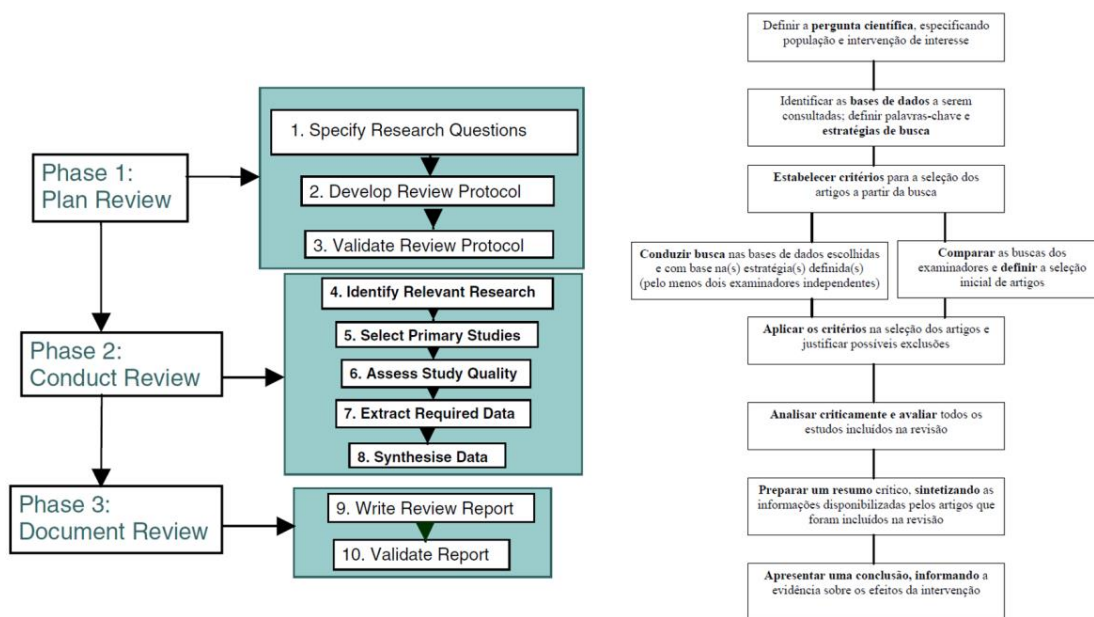


**Fonte:** De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Maria Rita Bertolozzi, 2010.

De acordo com a figura apresentada, nossa revisão é de caráter qualitativo, do tipo Metassíntese, fizemos uma análise dos dados coletados em outros estudos relativos ao mesmo tema, com o objetivo de responder uma pergunta pontual, como também, auxiliar em orientações para investigações futuras.

A RSL difere da revisão tradicional, ao ser guiada por uma pergunta específica, apresentando uma pesquisa mais rigorosa e detalhista sobre o tema, tornando a seleção dos textos mais criteriosa. Para realizar uma RSL é necessário seguir um passo a passo, o primeiro passo é a formulação da pergunta; localização dos estudos através de critérios de inclusão e exclusão; avaliação crítica dos estudos; coleta de dados; análise e apresentação dos dados e por último aprimoramento e atualização da revisão. Como podemos observar nos esquemas apresentados por Brereton *et al.* (2007) e De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Maria Rita Bertolozzi (2010) (Figura 2).

**Figura 2 -** Descrição geral sobre o processo de revisão sistemática da literatura



**Fonte:** Brereton et al. (2007) e De-la-Torre-Ugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi (2010).

Com base nesses esquemas apresentados, delimitamos que o propósito desta RSL é identificar se os arquivos são acessíveis às pessoas com deficiência visual por meio da produção científica na área de Arquivologia. Para isso está RSL fez um levantamento das publicações na literatura científica na área sobre a recuperação e o acesso à informação das pessoas com deficiência visual no âmbito dos arquivos, o qual seguindo os passos da metodologia adotada transformamos em nossa questão de pesquisa.

Para a realização da pesquisa delimitamos como base de dados o Portal de Periódicos da CAPES<sup>3</sup>, o Repositórios Institucional da UEPB<sup>4</sup> e a Base de Dados Referências de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)<sup>5</sup>, a escolha dessas bases de dados se deu em virtude de serem as bases mais trabalhadas no curso de arquivologia da UEPB e serem portais que possuem publicações confiáveis para pesquisa acadêmica e disponibilizarem de forma fácil, rápida e atualizada da produção científica na área de Arquivologia.

A busca foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2023. As palavras-chaves utilizadas foram Acessibilidade e Arquivo, Deficientes visuais, Arquivista e Inclusão, a escolha dessas palavras se deu em virtude de serem recorrentes nos trabalhos analisados em leituras prévias; o idioma escolhido para a seleção dos textos foi a língua portuguesa por se tratar da língua vernacular do país onde será feita a pesquisa; os tipos de documento analisados serão artigo, trabalho de conclusão

<sup>3</sup> O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País. Ele foi criado para reunir material científico de alta qualidade e disponibilizá-lo a comunidade acadêmica brasileira.

<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>

<sup>4</sup> O Repositório Institucional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), reuni, preserva e dá acesso a produção científica dos 8 campos da UEPB. <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/>.

<sup>5</sup> A Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), reuni em seu acervo artigos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da Área da Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia) desde de 1972 até os dias atuais. <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>.

de curso (TCC), dissertação e tese, no qual se tenha acesso ao texto completo; recorte temporal é a partir do ano 2000, essa escolha se justifica pelo ano da publicação da Lei nº 10.098, Lei que estabelece normas e critérios sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Uma vez estabelecidos os critérios de inclusão, constroem-se também os critérios de exclusão, foram excluídos de nossa coleta os trabalhos em que não foram publicados no português, os documentos que não estavam completos, as publicações feitas antes do ano de 2000, como também os estudos que não contemplam a inclusão dos deficientes visuais nos arquivos.

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Uma vez delineado o nosso percurso metodológico foi iniciado a coleta dos dados a serem analisados. A busca foi iniciada no Portal de Periódicos da CAPES, a partir da aplicação dos filtros de inclusão listados em nossa metodologia a busca de seu pelas palavras-chaves, onde foram obtidos os resultados que estão no Quadro 1.

**Quadro 1** - Pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade and Arquivo	22	21 artigo e 1 dissertação
Acessibilidade and Arquivologia	6	6 artigos
Deficiente visual and Arquivo	12	11 artigos 1 dissertação
Deficiente visual and Arquivologia	0	-
Arquivista e Inclusão	2	2 artigos
Total	42	40 artigos e 2 dissertações

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2023.

Durante a busca no Portal de Periódicos da CAPES, foi possível perceber que a maioria dos trabalhos são voltados para a área de Biblioteconomia. Finalizado a busca no Portal de Periódicos da CAPES, seguimos a mesma metodologia no Repositório Institucional da UEPB, sendo necessário a alteração das palavras-chaves, pois o sistema de busca não aceita duas palavras, da mesma forma os resultados estão listados no Quadro 2.

**Quadro 2** - Pesquisa no Repositório Institucional da UEPB

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade	5	2 Monografias e 3 Artigos
Deficiente Visual	2	1 Monografia e 1 Artigos
Arquivo	32	23 Monografias, 7 Artigos e 2 Relatórios
Total	39	26 monografias, 11 artigos e 2 relatórios

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2023.

Na pesquisa realizada no Repositório institucional da UEPB, os resultados também não foram satisfatórios em relação à temática, mesmo sendo uma instituição que

tem o curso de Arquivologia, consideramos poucos os trabalhos voltados para a acessibilidade dos usuários deficientes visuais, nos arquivos.

A última base de dados analisada foi a BRAPCI, nesta base de dados seguimos o mesmo padrão utilizado no Portal de Periódicos da CAPES e os resultados foram listados no Quadro 3.

**Quadro 3** - Pesquisa na Base de Dados da BRAPCI

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade and Arquivo	8	8 artigos
Acessibilidade and Arquivologia	9	9 Artigos
Deficiente visual and Arquivo	0	-
Deficiente visual and Arquivologia	0	-
Arquivista e Inclusão	2	2 Relato de Experiência
Total	19	17 artigos e 2 relatos de experiência

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2023.

Na base de dados da BRAPCI foi possível identificar que quase não existem trabalhos indexados em relação à temática em questão, mesmo quando aumentado o recorte temporal com a delimitação do período para de 20 anos.

Finalizadas as buscas nas bases de dados selecionadas, foi possível a localização de 100 trabalhos, nos quais estão distribuídos entre 68 artigos, 26 monografias, 2 relatos de experiência, 2 dissertações e 2 relatórios. Continuando com a análise foram realizadas a leitura dos títulos dos documentos recuperados, a retirada dos trabalhos duplicados e os que não incluíam a temática, sendo selecionadas 4 publicações para serem avaliadas a partir de uma leitura de seus resumos. Depois da leitura dos resumos foi possível identificar que só 1 texto discorre sobre questões referente ao acesso dos deficientes visuais aos ambientes de arquivo.

O texto em questão trata-se de artigo, localizado tanto no Portal de Periódicos da CAPES quanto na base de dados da BRAPCI, intitulado Organização da informação e acessibilidade para usuários cegos em bibliotecas, arquivos, museus e web. O texto foi publicado no ano de 2015, pela *Biblionline* que é uma revista de eletrônica vinculada a Universidade Federal da Paraíba, voltada para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e Museologia, com publicações eletrônicas trimestrais desde do ano de 2015, a revista tem Qualis B1 na área de Ciências Sociais Aplicadas. O artigo fala sobre a organização e a acessibilidade para os deficientes visuais não somente nos arquivos, mas também nas bibliotecas, museus e na Web. As palavras-chaves selecionadas pelos autores são: organização da informação, acessibilidade, deficientes visuais e unidades informacionais. Na primeira parte do texto vamos encontrar um levantamento sobre o número de deficientes visuais no Brasil, logo em seguida é feita uma abordagem sobre o conceito, a classificação e as causas da deficiência visual. O texto traz um panorama sobre a organização e o acesso à informação pelos deficientes visuais nos ambientes informacionais, apresentando as principais barreiras e possíveis soluções.

Na parte destinada aos arquivos, os autores deixam claro como é importante que os arquivos sejam organizados de tal maneira que os deficientes visuais tenham acesso cada vez mais democrático às informações. Mesmo sendo um texto publicado

a quase uma década, tem um discurso bastante atual, pois podemos perceber que poucas melhorias foram realizadas no que tange a inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade nos dias atuais.

Como podemos observar, o número de trabalhos que aborda a temática sobre o acesso à informação do deficiente visual aos arquivos é muito pequeno, em uma pesquisa realizada em 3 bases de dados, consideradas relevantes para a área da Arquivologia só foi possível a identificação de 1 único trabalho que aborda a temática. Esse resultado nos preocupou devido a importância do assunto. Diante do que foi avaliado pudemos constatar que o tema é pouco discutido nas instituições de ensino superior, o que resulta na falta de trabalhos. A partir deste resultado podemos relacionar também com preocupação que a sociedade tem como um todo no tocante a inclusão dos deficientes visuais enquanto cidadão ativos na sociedade, ou nesse caso, o resultado reflete a ausência dessas preocupações tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral, que resulta numa posição permanente de exclusão e subalternidade para as pessoas que compõe esse grupo.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo realizou uma pesquisa na literatura Arquivística sobre o acesso à informação da pessoa com deficiência visual nos ambientes de arquivo, para isso foi construído uma base teórica sobre a compreensão da pessoa com deficiência e sua inclusão, com ênfase nos dispositivos legais. Para fundamentar a parte aplicada da pesquisa fez-se necessária a discussão sobre a Arquivologia em seu papel de promover acesso à informação e por consequência o papel social dos profissionais do campo na inclusão social.

Enquanto aplicabilidade da pesquisa foi realizada uma revisão sistemática da literatura arquivística em três bases de dados, onde foi possível constatar que existência de pouca literatura sobre o assunto, fato que dificultou nosso estudo e chamou nossa atenção devido à relevância do tema. Sabemos que o acesso à informação é um direito garantido por lei a todos os cidadãos independente de suas limitações ou deficiência e o quanto o acessá-las é de suma importância para que essas pessoas sejam incluídas de forma ativa na sociedade. Por isso é importante que tanto a Arquivologia quanto os profissionais de arquivos repensem suas práticas em relação aos usuários com deficiência visual.

Vimos que no Brasil 17 milhões de brasileiros tem algum tipo de limitação ou deficiência, dos quais em torno de 7 milhões são deficientes visuais, parte bastante expressiva da população. Diante disto é de suma importância que a sociedade e o poder público possibilitem a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Para garantir os direitos dessas pessoas, a legislação brasileira conta com uma abundância de leis e normas, onde são especificados os direitos e garantias para essa parcela da população. Porém mesmo com tanta legislação, ainda encontramos dificuldades em relação à prática dessas leis, ou seja, o fazer funcionar.

Sendo a informação um fator fundamental para inclusão e emancipação das pessoas com deficiência visual na sociedade é fundamental ressaltar a importância do arquivo e o papel do profissional que neles trabalham nesse processo, para que isso ocorra é necessário tornar os arquivos acessíveis e que os profissionais assumam o papel de mediador dessa informação, proporcionando um atendimento especializado para esse usuário, possibilitando assim que a informação se torne acessível.

Tendo um papel de suma importância no acesso à informação da pessoa com deficiência visual, o profissional de arquivo deve estar sempre em busca de capacitações que permitam desenvolver práticas para que a informação seja recuperada e acessada de forma satisfatória por esse usuário.

Contudo, podemos perceber que tanto os arquivos quanto os profissionais que neles trabalham não estão preparados e nem capacitados para atender esse tipo de usuário, pois a acessibilidade não é só a quebra de barreiras físicas e arquitetônicas, mas também proporcionar que os usuários com deficiência visual tenham acesso pleno às informações contidas nos documentos.

Para melhorar esse cenário, e se fazer cumprir as leis vigentes, é necessário que as instituições de ensino superior repensem os seus currículos, pois em muitas instituições o tema acessibilidade quando é abordado é tratado de forma superficial, mesmo sendo uma temática tão relevante, pudemos constatar que uma parte significativa das discussões sobre inclusão informacional, protagonismo social e até mesmo as dimensões éticas do fazer arquivístico ainda não se fazem alcançar as práticas, ficando restritas ao exercício teórico. Desta forma, ressaltamos a importância e urgência das discussões sobre o tema e o papel do profissional de arquivo e dos formadores desses profissionais nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Organização da informação e acessibilidade para usuários cegos em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**, v. 11, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16617>. Acesso em: 29 set. 2023.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva *et al.* O Papel Social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 53–61, 2016. DOI: 10.28998/cirev.2015v2n3e. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790>. Acesso em: 9 set. 2023.

BARBOSA, Irany Rodrigues; DOS SANTOS FRANKLIN, Kleane Pâmela. A Função Social do Arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: RACIn, 2016. p. 559-568. Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4\\_nesp/racin\\_v4\\_nesp\\_artigo\\_0559-0568.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0559-0568.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

BRETERON, Pearl *et al.* Lições da aplicação do processo de revisão sistemática da literatura no domínio da engenharia de software. **Revista de Sistema e Software**, Espanha, v. 80, n. 4, p. 571- 583, abr. 2007. Disponível em: <https://doi-org.ez121.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.jss.2006.07.009>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. [Dispõe sobre os procedimentos os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII

do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal]. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/lei-de-aceso-a-informacao>. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128\\_24\\_12\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html). Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 186, de 10 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm). Acesso em: 5 ago. 2023.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, v. 39, p. 129-143, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652010000200011>. Acesso em: 10 set. 2023.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; PAIVA, Eliane Bezerra; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Produção Científica da Ciência da Informação Brasileira Acerca do Usuário Cego. **Comunicação & Informação**, v. 25, p. 808-833, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/73240>. Acesso em: 29 set. 2023.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. DOI: 10.1590/S0080-62342011000500033. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40833>. Acesso em: 9 set. 2023.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Anna Carollyna de Bulhões Moreira *et al.* Responsabilidade social do arquivista. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 287–305, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n2p287. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39963>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, Erika Cristina de Oliveira. **Arquivo acessível: uma proposta inclusiva**. 2019. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/24068>. Acesso em: 20 ago. 2023.

## AGRADECIMENTOS

Quero inicialmente agradecer a Deus, que me deu força e coragem ao longo desse percurso.

À minha família, em especial aos meus filhos e esposo, pelo apoio e compreensão durante os desafios dessa jornada, onde o amor e encorajamento foram fundamentais. À tia Neném, que sempre mim acolheu em sua casa, com uma palavra de carinho e uma comida saborosa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jobson pelas suas orientações, paciência e palavra de encorajamento foram cruciais para o sucesso deste trabalho.

Aos demais professores do curso, cuja dedicação e conhecimento enriqueceram minha formação.

Pois este TCC não teria sido possível sem a contribuição e apoio de cada um de vocês.